

NOTA INFORMATIVA

RESULTADOS FINANCEIROS DE UM BANCO CENTRAL – O CASO DO BCV

INTRODUÇÃO

Vem esta pequena Nota Informativa, na sequência de um artigo dado à estampa na semana finda, num dos jornais da praça, versando sobre o resultado financeiro do Banco de Cabo Verde (BCV).

Antes de mais, importa que se compreenda o tratamento contabilístico do resultado de um Banco Central, seja ele positivo ou negativo, à luz da literatura e prática internacional.

E para se entender como é composto o resultado de um Banco Central, é importante recorrer às suas principais funções, nomeadamente: i) autoridade monetária (emissora da moeda); ii) executor da política monetária; iii) gestor das reservas externas; iv) banqueiro do governo; v) banco dos bancos; etc.. Pelas suas atribuições, vale lembrar que o contexto de património líquido negativo de um Banco Central é diferente de idêntica situação se aplicada às empresas comerciais.

A título exemplificativo, nas últimas duas décadas, vários Bancos Centrais, especialmente da América Latina, exibiram resultados negativos por mais de dez anos consecutivos. Outros há que exibiram perdas durante quase duas décadas.

Portanto, é importante destacar que a geração de resultados positivos não constitui objetivo primeiro de um Banco Central, mas sim a busca pela manutenção da estabilidade da moeda e do sistema financeiro, designadamente através de uma boa condução da política monetária.

Um resultado positivo é meramente um resultado possível, no âmbito do seu mandato legal, de assegurar o poder aquisitivo da moeda nacional e um sistema financeiro sólido e eficiente.

Outrossim, tampouco é criticado por gerar resultados negativos, em consequência do cumprimento das suas atribuições institucionais.



O BANCO DE CABO VERDE

À semelhança do que se tem verificado em Bancos Centrais de muitos países que se enquadram nos exemplos acima referidos, o BCV tem apresentado situação líquida negativa, com ênfase no período posterior ao eclodir da crise financeira internacional, em 2007/2008.

O resultado negativo está ligado a fontes de despesas do BCV enquanto Banco Central, em que as principais se referem sobretudo a despesas administrativas, a custos de política monetária e à variação cambial. Destas, apenas as administrativas são controláveis e o BCV tem-se pautado pela contenção até ao limite que lhe é possível, sendo certo que possui muitos e novos desafios que devem ser enfrentados de modo a cumprir cabalmente com a sua função de Banco Central, Regulador e Supervisor do Sistema Financeiro.

Outros fatores, do lado das receitas, terão também contribuído para o resultado negativo, designadamente, a redução da taxa de juro das operações de cedência de liquidez, conjugada com a redução do nível de endividamento do Estado junto do BCV, o que tem proporcionado quebras nas receitas provenientes de operações de crédito.

Um outro elemento muito importante que tem vindo a pesar nos resultados, são as reservas internacionais. A situação financeira internacional do período pós-crise de 2007/2008 tem levado as taxas de juro internacionais a um nível próximo de zero e, em alguns casos, negativo, fazendo com que operações em moeda estrangeira não resultassem (resultem) em ganhos para o BCV. Deste modo, a baixa taxa de rentabilidade dos ativos externos, aliada às flutuações nas taxas de câmbio, com destaque para a depreciação do dólar face ao euro, têm impactado negativamente os resultados.

Qual será o destino mais coerente dos resultados do Banco Central? Para um melhor entendimento desse ponto, deve-se assumir a hipótese de que o tratamento do resultado do Banco Central, tanto positivo quanto negativo, tenha uma abordagem simétrica. Há significativa variação entre os países no que diz respeito à forma como é determinada a transferência de eventuais resultados positivos do Banco Central ao Governo, bem como a percentagem desta transferência.

No caso do BCV, a sua Lei Orgânica permite que haja transferência dos resultados positivos ao Governo e este, por seu turno, deve cobrir eventuais resultados negativos. Isto significa que se o BCV apresentar, durante algum



tempo, resultados negativos, sem a respetiva cobertura pelo Governo, constituir-se-á um património líquido estruturalmente negativo, o que pode impor restrições à atuação da autoridade monetária. Ou seja, uma contínua erosão do seu património líquido pode fragilizar, em tese, a credibilidade e independência do Banco Central, criando dificuldades para a condução da política monetária. Dito de outra forma, há a preocupação de que uma posição financeira negativa de um Banco Central possa tornar-se uma restrição ao cumprimento do seu mandato.

NOTAS FINAIS

Pelo facto da situação de um Banco Central não ser comparável à de uma empresa comercial, o tratamento dos seus resultados também obedece a uma abordagem diferente, como ficou atrás demonstrado. No caso do BCV, é a própria Lei Orgânica que indica a forma de tratamento do resultado negativo, chamando o Governo a intervir, capitalizando a instituição, de modo a garantir que a situação patrimonial do BCV esteja sempre equilibrada. Ou seja, assim como os resultados positivos devem ser transferidos ao Governo, também os negativos devem ser cobertos por ele.

Convém ter-se presente que o BCV há vários anos mantém o mesmo capital social, quando o panorama financeiro do país mudou radicalmente, tornando-se muito mais exigente e complexo, ao mesmo tempo que a instituição viu alargadas as suas atribuições.

Todavia, importa ter-se presente que se está perante uma autoridade monetária, um banco emissor e, como tal, não está e nem estará comprometido o normal funcionamento da instituição nem o cumprimento das suas obrigações financeiras, independentemente da sua natureza.

Por fim, reitera-se, uma vez mais, que a Nova Sede do BCV está sendo financiada, por inteiro, com os recursos provenientes das contribuições dos trabalhadores beneficiários do regime privativo de previdência social do BCV, Fundo de Pensões fechado, pelo que a sua construção não terá encargos, quer para o Banco de Cabo Verde, quer para o erário público. Este mecanismo, normalmente utilizado por Instituições Financeiras, encontra respaldo nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, permitindo retirar pressão às Contas do Balanço do Banco, rentabilizando esses recursos conforme recomendam as melhores práticas internacionais.

A Nova Sede, propriedade do já aludido Fundo de Pensões, será cedida ao Banco de Cabo Verde em regime de *leasing* financeiro. Com isso, o BCV assumirá, por



conta do Fundo, as prestações mensais dos beneficiários deste até à extinção destas responsabilidades, por se tratar de um fundo fechado.

Banco de Cabo Verde, aos 12 de junho de 2018

